

## ■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas sessões deliberativas virtuais do plenário para os dias 18/10 e 19/10. Na pauta da semana o requerimento de urgência é para votação do Projeto de Lei nº 96/11, do Deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), que amplia multas a institutos de pesquisa e altera o conceito de pesquisa fraudulenta.

## ■ SENADO FEDERAL

Plenário do Senado terá sessão virtual para votação de Medidas Provisórias. Nenhuma delas é específica e diretamente relacionada à Amazônia.

## ■ OUTROS INFORMES

### Agrotóxicos no Supremo Tribunal Federal

O Supremo vai concluir em até duas semanas, portanto, antes do segundo turno, o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 910. Essa ação questiona a legalidade do Decreto nº 10.833/2021 assinado pelo Presidente no ano passado, que flexibiliza as vendas de defensivos agrícolas no Brasil. Ressalta-se que a Ministra Carmem Lúcia, relatora do processo já votou contra cinco trechos do Decreto nº 10.833/2021. A flexibilização das regras para defensivos agrícolas é uma forte exigência do agro, que vem sendo atendida pelo Presidente antes mesmo do Decreto nº 10.833/2021. Nos três primeiros anos de mandatos, o seu governo autorizou o registro de 1.560 produtos. O número supera o total de defensivos agrícolas aprovados no país nos 20 anos anteriores.

### Poder Eleitoral: representantes negros e quilombolas no parlamento

A partir de 2023, pretos e pardos ocuparão 25% das cadeiras no Senado e 26% na Câmara dos Deputados. Na Casa Alta, das 27 cadeiras disponíveis no Senado, apenas 6 foram preenchidas com pessoas que se autodeclararam negras no registro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Na Casa Baixa, das 513 vagas, 135 foram preenchidas por congressistas negros. Num país em que 56% da população se autodeclara preta ou parda, somente 1.363 pessoas pretas e 3.302 pardas disputaram uma vaga na Câmara em 2022. Em contrapartida, os brancos totalizaram 4.919. No Senado, dos 54 congressistas da Casa Alta que estão em meio de mandato, 14 se autodeclararam negros. O Quilombo nos Parla-mentos, movimento articulado pela Coalizão Negra por Direitos iniciativa que busca aumentar a representatividade da população negra na política brasileira, elegeu 26 parlamentares neste pleito — 8 deputados federais e 18 estaduais para diferentes assembleias.

## TSE diz que apenas 12 partidos ou federações superaram a cláusula de desempenho

Dos 28 partidos e federações que concorreram nas últimas eleições, apenas 12 conseguiram alcançar a cláusula de desempenho prevista para o pleito deste ano, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). São eles: as federações PT/PCdoB/PV, PSDB/Cidadania e PSOL/Rede, bem como os partidos MDB, PDT, PL, Podemos, PP, PSB, PSD, Republicanos e União. Os partidos que atingiram a cláusula vão continuar recebendo recursos do Fundo Partidário e permanecerão com acesso a tempo de propaganda em rádio e televisão durante os próximos quatro anos. Dos 16 partidos que não alcançaram a cláusula, segundo o TSE, 7 elegeram deputados federais: Avante, PSC, Solidariedade, Patriota, PTB, Novo e Pros. Os demais partidos que não atingiram a cláusula foram: Agir, DC, PCB, PCO, PMB, PMN, PRTB, PSTU e UP. Esses partidos têm diversas alternativas para não deixarem de existir, como se fundir, ser incorporados, ou, ainda, constituir federações com outros partidos que tiveram melhor desempenho nas urnas. Do contrário, não terão acesso a recursos públicos nem a tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV.

## Deputados bolsonaristas apresentarão Projeto de Emenda à Constituição pedindo o fim do TSE

Os deputados federais Filipe Barros (PSL-PR) e Bia Kicis (PSL-DF) anunciaram, no dia 03/9, que formularão uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sugerindo a extinção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Justiça Eleitoral. Os dois participaram de um evento em Brasília voltado para o público conservador, organizado pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), e fizeram críticas à atuação da Corte Eleitoral e do presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso, que se colocaram con-

tra uma PEC que buscava reinstaurar o voto impresso em eleições e plebiscitos. Eles ainda acusaram o TSE de promover uma campanha de fake news sobre o sistema eleitoral por defender que não há motivos para se mudar o modelo de votação no país.

## Sem o aval da FUNAI, Fundo Amazônia tem projetos cancelados

Sete projetos de organizações indígenas e indigenistas, aprovados para receber recurso do Fundo Amazônia foram cancelados, pela falta de consentimento da Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. As organizações aguardam há dez meses o sinal verde do órgão, uma exigência do financiador. No período, foram 211 trâmites burocráticos entre idas e vindas nos corredores da FUNAI. As iniciativas, orçadas em R\$ 1,5 milhão, eram de restauração florestal, organização de casas de sementes e até para fortalecer a cadeia da castanha nas aldeias. Os Ecosociais (PPP-Ecos), gerido pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), ONG que existe há 32 anos, tem sede em Brasília e atua com iniciativas de apoio a povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

## Carta em apoio ao Povo Indígena Karipuna

Será protocolada, nos próximos dias, a Carta em Defesa dos Povos Karipuna, Uru Eu Wau Wau e Piripikuna, de Rondônia, no Ministério da Justiça e 6ª Câmara do Ministério Público Federal. Carta que recebeu o apoio da REPAM e das entidades ambientalistas, organizações indígenas e indigenistas, sindicatos e associações, movimentos sociais camponeses e de defesa dos direitos humanos de parlamentares, que denuncia os atos de violências e violações do território, os quais aumentam em níveis cada vez mais alarmantes.